
NACIONALISMO E PATRIOTISMO
NA SOCIEDADE PORTUGUESA ACTUAL
— ALGUNS RESULTADOS DE UM INQUÉRITO —

Manuel Braga da Cruz

NACIONALISMO E PATRIOTISMO
NA SOCIEDADE PORTUGUESA ACTUAL
— ALGUNS RESULTADOS DE UM INQUÉRITO —

A investigação sobre o «nacionalismo e o patriotismo na sociedade portuguesa actual», promovida pelo IDN, iniciou-se em Dezembro de 1987, a sua aplicação a nível nacional foi feita em Junho de 1988 e os trabalhos concluídos em Setembro do mesmo ano.

Os dois artigos que se seguem são da autoria do Prof. Doutor Manuel Braga da Cruz, sociólogo, responsável pelo inquérito, e do coronel José Manuel da Silva Pinto, licenciado em psicologia, assessor do IDN e seu representante nesta investigação.

Os dois artigos correspondem, pois, às visões de um sociólogo civil e de um psicólogo militar sobre um tema de grande importância nacional.

A REDACÇÃO

A pedido do Instituto de Defesa Nacional realizou o Instituto de Ciências Sociais uma investigação sobre o «nacionalismo e patriotismo na sociedade portuguesa actual». Pretendia-se basicamente uma «caracterização das realidades correspondentes à actual diversificação de ideias e atitudes sobre patriotismo e nacionalismo», uma «identificação dos factores socio-psico-culturais, positivos e negativos, respeitantes à desejável coesão da comunidade nacional e à justa adesão às finalidades de Segurança e Defesa do País» (1).

O nacionalismo e o patriotismo conheceram de facto nos últimos anos diversificações tanto ideológicas como comportamentais, manifestando-se sob novas e múltiplas formas, a pretexto das mais variadas circunstâncias, desde

(1) Alinea b) da Directiva n.º 1/87, de 4 de Março do Instituto de Defesa Nacional (Estado-Maior-General da Forças Armadas) respeitante ao Programa de Actividades de Investigação e de Divulgação.

as políticas e económicas até às históricas e culturais, passando pelas linguísticas e desportivas até. Quem não recordará a evocação da independência nacional para discutir a integração em blocos político-militares ou espaços socio-económicos? Ou as exposições culturais e as comemorações centenárias para evocar singularidades históricas, e as discussões que têm suscitado? Ou a polémica em torno de acordos linguísticos? Ou a glorificação de grandes feitos desportivos, desde as vitórias nas maratonas aos êxitos nos relvados europeus de futebol?

Assiste-se hoje mesmo à irupção, embora embrionária, do que já se chamou moderno nacionalismo e patriotismo (2) que, ao contrário do nacionalismo tradicionalista e «absolutista», que afirmava «como verdade objectiva a supremacia de um país», parte, no dizer de Miguel Esteves Cardoso, «da subjectividade, do acaso do nascimento», da celebração da diferença e do acaso, para escolher uma imposição: «escolher livremente o que, sem liberdade nenhuma não escolhemos — a nossa nacionalidade — é o acto primordial do patriotismo».

De axiologia política votada ao ostracismo e acusada de passadismo, no imediato período pos-autoritário, o nacionalismo ressurge, nem sempre com idêntico sentido ideológico, nem mesmo com propósitos semelhantes. Algumas dessas versões de afirmação nacionalista aparecem até como contraditórias.

Estudar o nacionalismo e o patriotismo revestia-se pois hoje do maior interesse e da maior oportunidade, atendendo particularmente a três circunstâncias: a descolonização e a discussão que suscitou sobre a identidade nacional; o processo de integração europeia actualmente em curso, com o horizonte da criação de um novo espaço europeu a partir de 1992, que parece constituir uma ultrapassagem do quadro europeu dos Estados-Nações, forjado ao longo destes dois últimos séculos; e, por último, o processo de regionalização, anunciado logo na Constituição de 1976, que teve como primeiro e mais decisivo momento a criação das autonomias regionais dos Açores e da Madeira, e cuja concretização a nível do território continental continuamente se discute.

Tal como o nacionalismo de finais do século XIX cresceu com o ultimatum inglês e com a perda do Mapa-Cor-de-Rosa, e engrossou com

(2) Veja-se a Conferência de Miguel Esteves Cardoso sobre «A Ideia de Portugal e o sentido moderno de patriotismo», proferida em Lisboa, na Fundação Sec. XXI a 12 de Julho de 1987.

as comemorações dos centenários de Camões e do Marquês de Pombal, assim também hoje a descolonização parece favorecer a reposição na ordem do dia da questão da identidade nacional e das origens colectivas, revalorizada pela procura de razões de afeição própria colectiva nos feitos históricos que se comemoram e nas tradições culturais que se avivam.

De igual modo a integração europeia parece levantar também a questão da soberania nacional. Derrotado o sonho de integração ultramarina, que representava o risco não tanto de uma erosão quanto de uma sobreafirmação da Nação, a Europa surge não já apenas como opção mas quase como imposição. Mas a «Europa das Pátrias» cede terreno cada dia que passa à «Europa dos cidadãos», e as perspectivas de união política, para além da integração económico-social, levanta questões como a de saber o que vai sobrar para os Estados-Nações em termos de capacidade de tomada de decisões.

Também a regionalização e o seu respectivo processo autonómico parecem questionar, embora a partir de outra perspectiva, a soberania nacional. A descentralização de competências e decisões, ao criar uma espécie de soberanias parciais e locais, suscita inevitavelmente também a questão dos limites do Estado-Nação. Mais: é a própria noção de nacionalidade e de pátria que com a revalorização cultural e política do conceito de região se vêm revistas. A «Europa das Pátrias» é cada vez mais neste sentido a «Europa das Regiões».

A encruzilhada destes processos que hoje vivemos parece assim aconselhar a que se saiba o que se passa com o nacionalismo e o patriotismo. Daí o interesse e oportunidade do estudo.

Mas o nacionalismo e o patriotismo que se pretendem aqui analisados não são os da ideologia política que despontou com a Revolução Francesa, e que informou os mais variados movimentos sociais e culturais do século passado e deste século, apesar de com ela terem alguma relação. O nacionalismo e o patriotismo que são objecto deste estudo são o sentimento de pertença e de afeição nacional e patriótico, difuso e inorganizado, que existe para além das forças que dela eventualmente se reclamem, na sociedade portuguesa.

Não se trata pois de analisar qualquer movimento nacionalista, de existência actual nada evidente, nem de medir o nacionalismo e o patriotismo nas ideologias das forças sociais, culturais, políticas ou económicas, mas de indagar, junto da população portuguesa residente em território nacional,

qual o grau de identidade nacional, qual a intensidade da representação colectiva da ideia nacional, e com ela também o sentimento de exclusão, de desidentificação, de diferenciação de outras comunidades nacionais.

Sendo porém a Nação um conceito «empíricamente multívoco», no dizer de Max Weber (3), impunha-se a aferição desse sentimento de identificação cultural e política com a Nação através de vários indicadores, que não exclusivamente o da representação subjectiva, designadamente a adesão à noção de soberania nacional, a consciência do passado histórico da Nação ou memória da Nação, a percepção da unidade e solidariedade nacional, e a consciência cívica nacional. Tudo isto numa perspectiva não só de identificação como também de defesa, pela percepção dos riscos e da enunciação dos meios de os prevenir e evitar.

Procedeu-se assim à aplicação de um inquérito a nível nacional, aplicado em Junho de 1988 a uma amostra da população residente no Continente e Ilhas de 1800 pessoas (1500 no Continente, 150 nos Açores e 150 na Madeira), com mais de 15 anos e a viver em localidades com mais de 100 habitantes.

São alguns dos resultados mais importantes desse inquérito que nos propomos brevemente aqui apresentar e analisar.

1. *Uma forte identidade nacional*

A primeira, e porventura mais importante, indicação do inquérito é a forte identidade nacional dos portugueses, confirmando aliás a impressão tão insistentemente repisada nos últimos tempos por qualificados observadores de que não existe em Portugal qualquer crise de identidade nacional (4). Vistos no continuum paroquialismo-cosmopolitismo, os portugueses tendem até a revelar-se mais distantes das tendências internacionalizadoras do que os demais povos europeus, evidenciando surpreendentemente um regionalismo arreigado e acentuado.

À pergunta pelo sentido da identidade geo-política, ou seja, a que unidade se sentem pertencer antes de mais e em primeiro lugar, mais de metade dos portugueses (53,7%) refere a região onde nasceu ou vive, em detrimento

(3) Max Weber, *Economia y Sociedad*, México, Fundo de Cultura Económica, p. 327.

(4) Veja-se em especial, Eduardo Lourenço «Identidade e Memória» in *Nós e a Europa ou as duas razões*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

tanto da terra ou cidade (21,8%), como do país em geral (18,0%), da Europa (1,7%) ou do mundo (3,9%).

Se compararmos com a identificação geo-política de outros países, de há já uns anos atrás (1981), verificamos que são ligeiramente mais baixas as referências a cidadão do mundo e cidadão europeu, bastante mais baixas as referências à terra natal e ao país em geral, e surpreendentemente mais elevados este sentimento regionalista:

	Portugal	Espanha	Itália	Europa
Terra ou cidade	21,8%	40%	44%	42%
Região	53,7%	17%	9%	15%
O país em geral	18,0%	34%	24%	27%
Europa	1,7%	2%	4%	4%
Mundo inteiro	3,9%	6%	16%	9%
Não sabe	0,3%	2%	5%	4%
Não responde (°)	0,6%			

O sentimento de pertença regionalista é tanto maior quanto maior é a idade, quanto mais baixa é a classe social, quanto menor é o habitat, e sobretudo quanto mais baixa é a instrução.

O sentir-se europeu ou cidadão do mundo acima de tudo e em primeiro lugar é mais referido pelos que têm maior instrução e pertencem a classes sociais mais elevadas (tal como em Espanha aliás) pelos que não são católicos e se situam mais à esquerda que à direita. Curiosamente, os que preferem a terra em que foram criados como referencial prioritário de identificação são mulheres e pertencem às classes sociais mais baixas, vivem sobretudo nas cidades de Lisboa e Porto e em habitats de 30 a 100 mil habitantes.

O ser-se católico praticante favorece a preferência pela pertença à terra onde se foi criado ou à região onde se nasceu e se vive. Pelo contrário, o sentir-se europeu ou cidadão do mundo é preferido sobretudo por não-católicos em geral. O catolicismo parece assim favorecer mais o provincianismo do que o comopolitismo.

Estes dados parecem confirmar a tese de Ronald Inglehart de que a emergência de uma identidade política cosmopolita é facilitada pela mu-

(°) Francisco Andrés Orizo, *Espanña, entre la apatia y el cambio social. Una encuesta sobre el sistema europeo de valores: el caso español*, Madrid, Ed. Mapfre, 1983, p. 249 e sgs.

dança de valores no sentido pós-materialista, já que a razão de ser do Estado-Nação é profundamente materialista, a saber a manutenção da ordem e a defesa das pessoas e dos seus bens ⁽⁶⁾.

Já quanto ao orgulho de ser português, são muitos os que encontram razões para tanto: nada menos que 89,3% (68,6%) sentem-se «muito orgulhosos» e 21,3% «bastante orgulhosos»). Em contrapartida, só 1,4% dos portugueses parece não ter orgulho algum em sê-lo, sendo ainda de 8,1% a percentagem dos que têm pouco.

Numa perspectiva comparada, estes resultados revelam-se superiores aos que há anos se registavam na Europa:

	Portugal	Espanha	Itália	Europa
Muito orgulho	68,6%	49%	41%	38%
Bastante orgulho	21,3%	34%	39%	38%
Não muito orgulho	8,1%	8%		
Resto			20%	24%
Nenhum orgulho	1,4%	4%		
Não responde (7)	0,6%	5%		

O orgulho de ser português varia na razão inversa da classe social a que se pertence: o muito orgulho predomina entre as classes mais baixas, enquanto o pouco orgulho prevalece entre as classes mais elevadas.

A falta de orgulho de ser português afecta sobretudo os homens, é maior entre os jovens, (tal como aliás em Espanha). aumenta com a instrução, e atinge sobretudo as regiões da Grande Lisboa e do Grande Porto e, de algum modo também, os Açores e a Madeira.

O muito orgulho, que aumenta particularmente na terceira idade (tal como em Espanha também), e nos habitats diminutos, é sobremaneira sentido no Interior Norte.

O ser-se católico, sobretudo se praticante, favorece o «muito orgulho» de ser português. O não sê-lo favorece a falta dele. Esta ausência de orgulho é aliás tanto maior quanto mais de esquerda se é, tal como cresce o orgulho quanto mais de direita se é.

⁽⁶⁾ Ronald Inglehart, *The Silent Revolution. Changing Values and Political Styles Among Western Publics*, Princeton, New Jersey, Princeton University Press. 1977, p. 330 e seguintes.

⁽⁷⁾ Francisco Andrés Orizo, *op. cit.*

Orgulho de ser português por posição política e religiosa

	Esq.	Centro Esq.	Centro Dir.	Dir.	Catol. Prat.	Catol. não-Prat	Outra Rel.
Com orgulho	84,7	87,4	92,0	94,2	94,3	87,8	77,2
Sem orgulho	15,3	12,4	8,0	5,4	4,7	12,0	20,0

Entre as razões do muito orgulho predominam «a nossa história» (70,1%), «a paisagem e o clima» (62,4%), o «hino» (60,3%) e a «bandeira nacional» (59%), as «qualidades do povo» (50,9%), as «obras de arte» (49%), e a tradição religiosa (48,9%), por ordem decrescente. Entre os motivos da falta de orgulho (ou de pouco orgulho) são sobretudo apontadas «as condições de vida» (43,5%) o desenvolvimento económico» (39,3%), os «partidos» (38%), o «Governo» (32,5%) e a «constituição política» (32,4%). As «Forças Armadas», se não são motivo de orgulho para tantos (38,9% e 31% encontram nelas muito e bastante orgulho respectivamente), também o não são para a falta dele para muitos (só 19,1% têm pouco e 4,9% nenhum orgulho nelas).

Do exposto se pode observar, em geral, que o catolicismo e posições políticas de direita coincidem com maior tendência para experimentar orgulho nacional, que o nível de instrução, quando aumenta, faz diminuir esse orgulho, que o nível social nuns casos o motiva (história, paisagem e clima), noutros o desmotiva (hino e bandeira, tradição religiosa), e que o aumento da idade parece favorecer, e o habitat desfavorecer, o orgulho de ser português.

Mas este orgulho de *ser* português não coincide de todo com o gostar de *viver* em Portugal. De facto verifica-se que 85,7% dos portugueses gostam muito de viver em Portugal, e citam para o justificar sobretudo as «bezas naturais» (98%), o «clima agradável» (96,7%), a «longa e gloriosa tradição histórica» (94%), as pessoas de «trato afável e agradável convívio» (89%), «riquezas artísticas e culturais» (86,3%), a «gente trabalhadora e empreendedora» (86%), a tolerância e brandura de sentimentos e respeito pelas liberdades cívicas (85,3%). E tudo isso apesar de se achar que são poucas as oportunidades oferecidas à juventude (63,2%), que os partidos têm demasiada importância no sistema político (45,4%), que o país é desorganizado (40,9%), atrasado e pobre (38,4%), com falta de iniciativa (37,6%) e com gente com ideias retrógradas e atrasadas (36,4%).

Os que mais gostam de viver em Portugal são sobretudo do sexo feminino, das classes sociais mais baixas, católicos praticantes, vivendo em habitats com menos de dois mil habitantes no Interior Norte e no Grande Porto. Esse gosto de viver em Portugal aumenta com a idade e diminui com a instrução (excepção feita para os que têm curso superior, onde esse gosto sobe de novo). O desgosto de viver em Portugal afecta por isso sobretudo jovens, do sexo masculino, não católicos e politicamente mais de esquerda, habitando em aglomerados de mais de 30 mil habitantes, no Sul e nas Ilhas.

Ainda para testar o grau de identificação nacional foi perguntado aos inquiridos se gostariam de ter nascido noutro país, 14,2% dos quais confessaram de facto que o teriam preferido, e citam como principais alternativas os Estados Unidos da América (19%), a França (14,1%), a Grã-Bretanha (10,4%) e a Alemanha Federal (10,3%).

Os que gostariam de ter nascido noutro país são sobretudo do sexo masculino e jovens, e tanto mais quanto mais instruídos (excepto se com o ensino superior). Estão nas classes sociais média e superior, são católicos não praticantes ou têm outras religiões, são sobretudo de Direita e Centro-Direita e vivem mais no Grande Porto, nos Açores e no Interior-Norte.

Entre as preferências alternativas de naturalidade (e por conseguinte também de nacionalidade), os Estados Unidos recolhem mais a opção dos jovens e das gentes dos Açores e do Sul; a Grã-Bretanha a dos mais instruídos, de outras religiões e de esquerda; a França e a Alemanha são preferidas pelos menos instruídos, de meia idade, e das camadas mais inferiores (sendo a França também objecto de mais preferências de gente de classe alta), indo a simpatia do Norte Interior, da Madeira e do Sul mais para França e as do Litoral mais para a Alemanha.

O último indicador de identificação nacional foi procurado na auto-estima, ou seja no respeito pela própria Nação comparada com outras. Surpreendentemente, a primazia do respeito pela própria Nação verifica-se em 64,8% dos portugueses, resultado que é superior aos de várias nações do mundo, apurados em 1981:

USA	59%
Canadá	35%
Grã-Bretanha	33%
França	26%
Itália	15%
Alemanha Federal (*)	12%

(*) Fonte: Morris Janowitz, *Toward the reconstruction of patriotism. Education for civic consciousness*. The University of Chicago Press, 1983, p. 193.

Os portugueses que dizem respeitar mais outras nações que a própria, em primeiro lugar, preferem os USA (8,1%), a França (3,6%), o Brasil (3,3%), a Alemanha Federal (2,6%), a Suíça (2,3%), a URSS (1,6%) e a Grã-Bretanha (1,5%).

O respeito pela própria Nação entre os portugueses é maior entre as mulheres, cresce com a idade e é maior na velhice; diminui com a instrução, é maior entre católicos praticantes e entre pessoas do centro político (um pouco mais no centro esquerda que no centro direita) e menos sobretudo na direita; aumenta à medida que se desce na escala social, sendo mais elevado nas classes inferiores, e também à medida que o habitat diminui de dimensão; e é maior no Litoral, na Grande Lisboa e no Sul, e menor na Madeira, no Interior Norte e no Grande Porto.

Quanto às preferências alternativas, os aspectos mais significativos estão no facto de os USA parecerem mobilizar mais os jovens, tal como aliás a URSS, optando os de meia idade e mais velhos pelas outras nações indicadas; a Suíça suscita mais preferência dos de instrução superior, enquanto os menos instruídos ou secundariamente instruídos preferem as restantes; e a URSS atrai mais os de esquerda, contra as preferências de direita e de centro direita que prevalecem nas opções restantes.

2. *Uma forte vontade de soberania nacional*

Apesar da realidade antiga, o nacionalismo é moderno como conceito e, como bem o demonstrou Hans Kohn, está ligado às origens da soberania popular⁽⁹⁾. E de tal modo que, se alguma constante existe na evolução do nacionalismo neste dois séculos, essa parece ser, em primeiro lugar, a do apelo à soberania. Daí que concordemos com Raoul Girardet quando dizia que «a adesão duma colectividade à fé nacionalista é susceptível de se medir pela ligação desta colectividade à noção de Estado soberano: o nacionalismo nasce com a vontade de conquista da soberania; atenua-se ao mesmo tempo que abranda nos espíritos e nos corações a vontade de a não conservar em plenitude»⁽¹⁰⁾.

Por conseguinte, o nacionalismo deve procurar-se na vontade de soberania, vontade que parece hoje confrontar-se com dois movimentos de sinal

⁽⁹⁾ Hans Kohn, *Nationalism. The meaning and history*, D. Van Noshand Company Inc.

⁽¹⁰⁾ Raoul Girardet, «Autor de l'ideologie nationaliste. Perspectives de recherche», *Revue Française de Science Politique*, XV (1965) 423-445.

contrário: o da integração europeia, por um lado, e o das autonomias regionais, por outro. O nacionalismo depara-se hoje, nos países da periferia europeia, com a dupla pressão do europeísmo e do regionalismo.

Nesse sentido, a aferição da adesão à soberania nacional começou por fazer-se na sua relação com essas duas tendências.

A maioria dos portugueses (56,6%) entende que a regionalização não ameaçará a unidade nacional (34,8% entendem que não ameaçará nada e 21,8% que ameaçará apenas pouco). Só 14,1% acham que tal sucederá (4,8% muito e 9,3% bastante).

Quanto maior é o nível social menos se acha que a regionalização pode ameaçar a unidade do todo nacional. Os que mais temem pela unidade nacional por causa da regionalização são sobretudo do sexo feminino, residem na Grande Lisboa, são de esquerda e centro-esquerda, e estão sobretudo ou entre os jovens ou entre os de 45 a 54 anos. Pelo contrário, quanto mais instruído menos se teme que a regionalização afecte a unidade da Nação.

A autonomia regional dos Açores e da Madeira é julgada como suficiente e positiva também pela maioria (51,8%), só 9,4% a acham excessiva e lesiva da unidade nacional. E 21,2% entendem-na ainda insuficiente e como um passo para maior autonomia futura.

Os que mais consideram a autonomia actual suficiente — a que em termos de tendência poderíamos designar por «autonomistas» — são mais católicos e do centro político (tanto de direita como de esquerda), têm sobretudo instrução secundária e pertencem às classes médias e superior. E crescem à medida que aumenta a dimensão do habitat.

Os que julgam excessiva a autonomia já concedida — a que também em termos de tendência chamaremos «centralistas» — são sobretudo mulheres, pertencentes mais aos extremos políticos e professando mais outras religiões que não a católica, e residem sobretudo na Grande Lisboa e no Grande Porto, e também nos Açores.

Os que julgam a autonomia actual insuficiente e apenas como um passo para uma maior — a que em termos de tendência poderíamos convencionar chamar aqui «federalistas» — são sobretudo homens. E quanto mais jovem, quanto mais instruído e quanto maior o nível social, mais se adere a esta opinião, que encontra precisamente na Madeira a sua maior expressão.

A percentagem dos que acham que se foi longe demais é muito maior nos Açores (10,9%) do que na Madeira (3,4%), dando-se o inverso para

os que entendem a autonomia insuficiente, que são mais na Madeira (38,3%) do que nos Açores (10,9%). Mas quer numa quer noutra região a maioria dá-se por satisfeita com a autonomia actual (50,8% na Madeira e 62,1% nos Açores).

Pesquisas feitas em Espanha em 1979 e 1982 (esta sobre jovens apenas), revelaram que em matéria de regionalismo, as posições «autonomistas» não atingiam a maioria, enquanto o «centralismo» estava mais difuso do que entre nós, e o «separatismo» e o «federalismo», de certo modo equiparáveis à nossa terceira posição, era por seu lado muito mais amplo. A maior idade parecia favorecer o centralismo, enquanto a maior juventude reforçava a opinião autonomista e, com tendência irregular, também as duas últimas posições ⁽¹¹⁾.

Atitudes perante o regionalismo em Espanha

	1982	1979	Por idades em 1979						
			18-20	21-24	25-34	35-44	45-54	55-64	65 e +
Centralismo	17	33	23	23	24	32	38	38	48
Autonomia	43	41	47	43	45	43	40	41	29
Federalismo	23	11	13	15	14	10	7	10	7
Independência	6	7	11	13	10	6	6	5	3

A adesão à CEE recolhe, por seu lado, opinião favorável junto da maioria (31,3% muito e 34,5% bastante). Mas é também amplamente maioritária a opinião de que, no futuro, a última palavra deve pertencer não a um governo europeu mas sim aos governos nacionais (81,8%). Nesse sentido, a maioria acha que a integração na CEE não põe em risco a independência nacional (44,4% nada e 25,7% pouco).

O apoio à integração europeia é maior entre os homens na direita e centro direita, e cresce à medida que se sobe no nível de instrução e na escala social, e à medida que se desce na idade, residindo as maiores discordâncias nas classes médias, entre os religiosamente indiferentes, e entre

⁽¹¹⁾ Miguel Beltran y otros, *Informe sociológico. sobre la Juventud Española 1960/82*, Fundacion Santa Maria, Ed. SM, 1984, p. 220.

os residentes nos habitats de média dimensão, na Grande Lisboa, e na Madeira e Açores.

A primazia aos governos nacionais tende a subir com o nível social e com a idade, é maior nas regiões do norte (Grande Porto, Interior e Litoral), entre os não católicos e não praticantes, na esquerda e centro esquerda, e entre os que têm instrução superior.

Os que mais temem que a integração europeia ponha em risco a independência nacional, aumenta à medida que sobe o nível social e que cresce a dimensão do habitat (excepto Lisboa). Residem sobretudo na Grande Lisboa, no Grande Porto e nos Açores; são jovens, religiosamente indiferentes e de esquerda, e secundariamente instruídos.

No sentido de apurar a eventual erosão da soberania nacional em face das nascentes soberanias europeia e regional, perguntou-se a quem deveria caber a competência decisional sobre um conjunto de matérias pertinentes à soberania nacional. A grande maioria (entre 74,6% e 65,9%) atribuiu o poder de decisão ao governo nacional, e só em pequeno número ao governo europeu (entre 14,6% e 8,1%) e ao governo regional (entre 5,9% e 3,4%) sobretudo em questões respeitantes à defesa (envio das tropas portuguesas para o estrangeiro em missão de paz, definição do tempo de duração do serviço militar, utilização de bases militares por outros países, instalação de ogivas nucleares). O que mais mereceu a atribuição de competência ao governo europeu foi a extradição de terroristas e criminosos para outros países europeus (14,6%) e aos governos regionais a exploração das águas territoriais e fundos marinhos da ZEE (5,9%).

A pergunta revestia-se de alguma complexidade e por isso não é de estranhar a existência de percentagens elevadas de pessoas, sobretudo idosas, de classe baixa, de pouca instrução, predominantemente católicas e residindo nos habitats pequenos do Interior Norte e Sul, que não souberam responder.

De um modo geral, quem mais tende a privilegiar o governo europeu são as classes mais elevadas, os habitantes de aglomerados mais numerosos (excepção feita para as cidades de Lisboa e Porto) e pessoas mais novas (menos de 44 anos) de direita, e mais instruídas. Os mais «regionalistas», por seu turno, pertencem também curiosamente, sobretudo e em geral, às classes superiores (alta e média), são mais do sexo masculino e mais secundariamente instruídas, e residem sobretudo nos habitats mais reduzidos dos Açores e Madeira (em percentagens aqui muito elevadas).

Assinale-se mesmo que na Madeira a maioria é partidária do privilegiar o Governo Regional em relação ao Nacional em todas as questões apresentadas, enquanto nos Açores isso só acontece para a exploração das águas territoriais e fundos marinhos da ZEE.

		TOTAL	MADEIRA	AÇORES
Utilização de bases militares por outros países	Gov. Euro	10,8	8,9	15,0
	Gov. Naci	69,5	19,1	36,7
	Gov. Regi	4,7	68,0	29,0
	NS	14,7	4,0	9,7
	NR	0,3	0,1	9,6
Instalação de centrais nucleares	Gov. Euro	10,4	9,5	12,9
	Gov. Naci	68,7	20,8	35,5
	Gov. Regi	5,0	65,5	30,3
	NS	15,5	4,2	13,4
	NR	0,4	0,1	7,9
Envio de tropas portuguesas em missão de paz	Gov. Euro	8,1	7,3	8,6
	Gov. Naci	74,6	22,9	55,8
	Gov. Regi	3,7	65,9	27,2
	NS	13,2	3,8	5,1
	NR	0,3	0,1	3,4
Fixação das taxas de juro	Gov. Euro	11,8	2,0	13,7
	Gov. Naci	68,0	22,0	40,3
	Gov. Regi	4,9	70,0	30,6
	NS	14,7	5,9	11,2
	NR	0,5	0,1	4,2
Instalação de ogivas nucleares	Gov. Euro	9,9	10,1	13,2
	Gov. Naci	69,2	21,0	35,6
	Gov. Regi	4,5	62,3	26,6
	NS	15,8	6,5	14,0
	NR	0,5	0,1	10,6

Extradicação de terroristas para outros países	Gov. Euro	14,6	8,3	25,2
	Gov. Naci	65,9	23,7	40,3
	Gov. Regi	3,4	62,2	26,1
	NS	15,7	5,7	7,4
	NR	0,4	0,2	0,9
Definição do tempo de serviço militar	Gov. Euro	10,6	1,5	6,9
	Gov. Naci	71,3	21,6	45,4
	Gov. Regi	4,9	71,4	35,8
	NS	12,9	5,4	7,2
	NR	0,4	0,2	0,9
Exploração de águas territoriais e fundos mar.	Gov. Euro	8,1	3,0	6,6
	Gov. Naci	71,0	14,2	30,1
	Gov. Regi	5,9	76,9	42,3
	NS	14,7	5,8	19,6
	NR	0,3	0,1	1,3

Quanto à participação na soberania pelo direito de voto, a maioria dos portugueses (67,6%) continua a reservar esse direito aos nacionais (55,4% incluindo e 12,4% excluindo os emigrantes). Só 27,6% optam pela concessão do direito de voto aos residentes (incluindo estrangeiros e imigrantes).

Os que mais tendem a atribuir direito de voto aos residentes aumentam com o nível de instrução, e com o nível social; diminuem com a idade, embora com alguma irregularidade; são sobretudo católicos e do centro esquerda.

3. *Uma consciência cívica equilibrada e solidária*

O nacionalismo moderno surgiu como movimento político iluminista para limitar o poder do Rei e assegurar os direitos dos cidadãos. Nacionalismo e espírito cívico estiveram assim ligados desde o dealbar da modernidade. O civismo nacionalista implicava contudo um equilíbrio entre direitos e deveres.

O advento das sociedades industriais foi acompanhado pela supremacia intelectual, moral e política dos valores materiais. O pós-materialismo das

sociedades pos-industriais veio desequilibrar a balança cívica, privilegiando os direitos em detrimento dos deveres, afectando por isso a consciência cívica e patriótica (12).

Na balança dos direitos e deveres, a consciência cívica parece equilibrar-se razoavelmente, já que a indicação da respectiva importância se reparte harmoniosamente por uns e por outros: pela liberdade de expressão (67,3%) e pelo dever de trabalhar (61,1%); pela liberdade religiosa (56,2%) e pelo dever de votar (55,6%); pelo dever de defender a Pátria (47,6%) e de defender o ambiente (47,5%); pelo direito de propriedade e (37,1%) e de livre circulação e emigração (34,4%). Muito pouco referida a importância do dever de pagar impostos (9,4%).

Este equilíbrio cívico tem obviamente reflexos sobre a solidariedade e defesa nacionais.

Os portugueses estão muito mais dispostos a assumir a solidariedade nacional em caso de catástrofes nacionais do que no caso de crises económicas. Enquanto neste último caso só 27,2% aceitaria sem condições (e 32,5% sob condições) prestar ajuda para resolver a crise, no primeiro caso aceitariam já colaborar na reconstrução, sem condições, 71,5%, e sob condições 13,2%.

A disponibilidade para se solidarizar com o todo nacional parece assim maior quando a crise decorre, não tanto de factores humanos, mas mais de factores naturais.

Os que mais se manifestam dispostos à solidariedade na ocorrência de crises económicas, entregando parte do vencimento para ajudar a resolvê-las, pertencem ao sexo masculino, são sobretudo jovens, professam outras religiões, vivem no Interior Norte, e são tantos mais quanto mais elevado é o nível social. Os menos dispostos, por seu lado, são dos mais idosos, vivem no sul e nas ilhas, são indiferentes religiosamente ou católicos praticantes, colocam-se mais à direita e estão entre os menos instruídos.

Os mais solidários, em caso de catástrofes, são também mais do sexo masculino, pertencem às classes alta e média alta, são religiosamente indiferentes, de esquerda e centro esquerda e vivem sobretudo na Grande Lisboa e no Grande Porto. Em contrapartida, os menos solidários estão mais entre católicos praticantes, de direita, entre os mais idosos e entre os menos

(12) Morris Janowitz, *op. cit.*

instruídos e entre os que vivem na Madeira e em geral nos habitantes mais reduzidos.

Pode assim constatar-se que, na generalidade, os homens são mais dispostos à solidariedade, e que a menor solidariedade parece crescer entre gente católica, de direita e pouco instruída.

A disposição de combate pela Pátria em caso de guerra é positiva incondicionalmente para 49,1% e condicionalmente para 20,9%, recusando-se a tal cerca de um quarto dos portugueses (25,2%). No entanto, os portugueses tendem em geral a crer mais que não há qualquer perigo de guerra do que ela seja inevitável. A convicção da probabilidade de uma nova guerra mundial situa-se, numa escala decimal, na média 6,7. Recorde-se que a percentagem dos que na Comunidade Europeia consideram provável uma nova guerra mundial tem vindo a diminuir de 34% em 1980 até 11% em 1985 ⁽¹³⁾.

A falta de disposição para combater pela Pátria cresce à medida que desce o nível social e sobe a idade, (sendo de 45,8% na classe mais baixa), e é maior também entre as mulheres, entre os católicos praticantes, entre a direita, entre os menos instruídos, e entre os que habitam nos mais reduzidos aglomerados, sobretudo no Litoral e nos Açores.

A possibilidade de uma guerra mundial é mais admitida nos Açores, e menos considerada como tal entre os indiferentes religiosamente, no centro esquerda, na Madeira e no Sul, pelos de meia idade.

Quanto ao grau de confiança nos povos os portugueses, que manifestam uma grande percentagem de auto-confiança (92,4%), tendem a privilegiar nitidamente, em primeiro lugar, os brasileiros e os povos ocidentais (franceses — 67,5%, ingleses — 61,3% americanos — 58,2%, espanhóis — 46,6%, e alemães — 42,7%). A desconfiança é sobretudo maior em relação aos países árabes (líbios — 70,9%, iranianos — 70,6% e marroquinos 63,8%), e aos israelitas (66%), logo seguidos pelos cabo-verdianos (62,5%).

A auto-desconfiança é sobretudo dos jovens, dos mais instruídos, dos que professam outras religiões, do centro direita, dos homens, e é maior na Madeira e nos Açores e nos mais pequenos aglomerados; e aumenta com o nível social.

A União Ibérica é rejeitada por 60,3% dos portugueses, e é ainda aceite por 28,6% (mas sob a forma de união de dois estados para cerca de metade

⁽¹³⁾ Jean Claude Deheneffe, *o que pensam os Europeus. Considerações sobre a opinião pública dos europeus de 1973 a 1986*, Luxemburgo, Serviço das Publicações oficiais das Comunidades Europeias, 1986, p. 65.

(50,3%) ou de federação de estados autónomos (23,2%), Apenas 17,1% dos que aceitam a União Ibérica admitiram a integração num só estado.

Os menos favoráveis a uma união política são os mais instruídos e os com menos de 44 anos, os religiosamente indiferentes, os de centro direita e direita, os homens, os do Interior Norte, dos Açores e da Grande Lisboa, pertencentes à classe baixa e média superior, e os residentes nos maiores aglomerados (a partir de 30 mil habitantes).

Os mais favoráveis residem no Grande Porto e nos pequenos aglomerados, e pertencem à classe média inferior.

A integração num só Estado com a Espanha, encontra maior adesão na classe baixa, no Porto e nos Açores, nos aglomerados intermédios, entre as mulheres, entre católicos não-praticantes e pessoas de esquerda, na meia idade e entre os menos instruídos.

Ao contrário do que vai sucedendo em certos países do centro europeu mais desenvolvido, a ameaça mais temida pelos portugueses é a das armas nucleares (43,4%) e não a dos ataques terroristas, só receados por 26,5%. Em França, por exemplo, o terrorismo era temido em 1987 por 80% da população e um ataque nuclear apenas por 29% (14).

Enquanto o terrorismo é mais temido pelos não-católicos pelos mais idosos e pelos mais instruídos, de classe média superior e da Grande Lisboa, pelos de direita e centro esquerda, as armas nucleares suscitam mais o temor das mulheres, dos católicos não praticantes e dos indiferentes, de classe média inferior, dos de esquerda e centro direita, dos medianamente instruídos, dos Açores e Madeira e do Sul e do Interior Norte.

Também ao contrário do que se verifica em França, onde a ameaça islâmica ultrapassa já a soviética junto da opinião pública, o que mais gravemente pode vir a pôr em perigo a sobrevivência nacional, para os portugueses, é ainda a ameaça militar soviética (37%), logo seguida do «desinteresse militar dos USA pela Europa» (20,5%), que é sentido em França apenas por 8% dos franceses. Só 9,5% temem em Portugal o crescimento do extremismo islâmico.

O receio da ameaça soviética aumenta com o nível social e da esquerda para a direita; é maior entre as mulheres, no Porto, sobretudo no Interior Norte (onde quase duplica em relação à média nacional) e na Madeira; é

(14) «Les sondages 1987 du SIRPA. Armée-Nation: La Confiance», in *Armée d'Aujourd'hui*, n.º 128 — Mars 88.

também maior entre os católicos (sobretudo se praticantes) e entre os menos instruídos.

O extremismo islâmico é mais temido pelos homens, pelas classes mais altas, pelos da Grande Lisboa e do Sul, por católicos não praticantes e indiferentes, pelos que vivem entre 2 a 10 mil habitantes, pela esquerda e muito pouco pela direita e pelos menos instruídos.

Quanto aos meios de defesa, a participação numa aliança militar é julgada necessária por mais de metade dos portugueses (56,0%), devendo essa aliança incluir não só os países da Europa Ocidental (posição de 17%) mas também os Estados Unidos da América (79,8%).

Os que mais acham desnecessária uma aliança militar são os mais novos e de meia idade, os mais instruídos, os não católicos e de esquerda, os que residem sobretudo na Grande Lisboa, no Litoral, nos grandes aglomerados.

Os que mais defendem a sua necessidade pertencem às classes mais elevadas, residem sobretudo em Lisboa e no Porto, e também nas regiões dos Açores e da Madeira, são católicos não praticantes e estão no centro político. Quanto maior é o nível social, maior é a afirmação da necessidade de uma aliança militar.

Há contudo grande ignorância quanto ao problema, sobretudo entre os menos instruídos e de mais idade, entre os de menor nível social e os habitantes dos mais pequenos aglomerados, entre a direita e centro-direita, entre as mulheres, e os do Interior (norte e sul).

A exclusão dos Estados Unidos dessa aliança é maior na classe alta e média inferior, entre as mulheres, entre os que vivem na Grande Lisboa, no Sul e no Litoral (muito pequena no Interior Norte), entre os católicos não praticantes e na esquerda, nas idades intermédias e tanto nos mais instruídos como entre os que têm primeira instrução completa.

O serviço militar obrigatório é igualmente tido como imprescindível para a defesa nacional por 54,9% e como desnecessário por 31,2%. Contudo as opiniões à sua duração de 16 meses repartem-se entre o achar satisfatório (46,9%) e demasiado longo (45,2%).

O serviço militar obrigatório é considerado desnecessário sobretudo pelos jovens, pelos mais instruídos, pelos não católicos (sobretudo pelos indiferentes), pelos de centro esquerda, pelos homens, e pelos da Grande Lisboa e do Litoral. E é-o assim considerado tanto mais quanto maior é o nível social.

Acham-no demasiado longo sobretudo a classe alta e média alta, as mulheres, os do Interior Norte, do Litoral e do Grande Porto, os religiosa-

mente indiferentes, os de centro esquerda e também de esquerda (embora um pouco menos), os mais jovens e os mais instruídos.

4. *Observação final*

Estes resultados parcelares e preliminares atestam, como observação fundamental, que Portugal parece ter saído do processo de descolonização sem particulares problemas de identidade nacional, e parece ter entrado no processo de europeização e de regionalização com uma consistente adesão à soberania nacional e com uma equilibrada e solidária consciência cívica e nacional. Não só a representação da identidade, a vontade de soberania e a consciência cívica dos portugueses não está em crise, como surpreendem pelos elevados índices de adesão que suscitam e pelo equilíbrio que manifestam quando analisados comparativamente. O que, se revela porventura algum «paroquialismo» e um estado pouco «cosmopolita» do desenvolvimento social e político, indica também, e sobretudo, que são profundas e antigas a raízes e as razões do nacionalismo e do patriotismo português.

Quanto aos factores de erosão ou de reforço da «nacionalidade», as tendências manifestam-se com evidente regularidade: o «cosmopolitismo» parece ser favorecido pela secularidade, pela mobilidade social ascendente, pela mais elevada instrução, pela urbanização, pela juvenildade, pela masculinidade e por orientações políticas de esquerda. Em contrapartida, a religiosidade, os níveis mais baixos de instrução e de posição social, a ruralidade, a ancianidade, a feminidade e posições políticas de direita, parecem contrariar ou desfavorecer essa internacionalização de sentimentos de pertença, de orgulho e de auto-estima nacionais.

Já quanto à temática da soberania nacional, os factores de adesão e de distanciamento parecem não ser tão uniformes nem unidireccionais. Se factores há que tanto favorecem a ausência de receio pela regionalização e pela europeização, como por exemplo a elevação do grau de instrução, outros apenas fazem encarar favoravelmente um deles em detrimento do outro. E nem sempre o apoio à ideia elimina o receio de que ela venha a pôr em risco a soberania nacional. Aliás, a percepção das vantagens da soberania, seja ela regional, nacional ou europeia, parece não se deixar explicar unifactorialmente, suscitando complexas questões de análise e de controlo de interferências causais.

A disposição pessoal a defender a Pátria está relacionada com a auto-confiança étnica. Ambas parecem ser desfavorecidas pela elevação da instrução e do nível social, factores estes porém que parecem ter influências antagónicas em matéria de percepção de riscos de integridade e de meios de defesa nacional: o que a elevação do nível de instrução desfavorece é favorecido pela elevação do nível social, a saber o receio de ameaças e a defesa de alianças.

Manuel Braga da Cruz

Instituto de Ciências Sociais da Universidade
de Lisboa 1989